



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

CLÁUDIA ROBERTA TORRES NUNES

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA E PRIVADA
SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

João Pessoa

2021

CLÁUDIA ROBERTA TORRES NUNES

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA E
PRIVADA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS**

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Cleonice Pereira dos Santos Camino

João Pessoa

2021

CLÁUDIA ROBERTA TORRES NUNES

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA E PRIVADA
SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Psicologia na Universidade Federal da Paraíba submetido à banca examinadora como requisito para obtenção do título de psicólogo, sob orientação da professora Cleonice Pereira dos Santos Camino.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cleonice Pereira dos Santos Camino – Orientadora

Profa. Dra. Eloá Losano de Abreu – Examinadora interna

Prof. Dr. Pablo Vicente Mendes de Oliveira Queiroz – Examinador externo

JOÃO PESSOA

DEZEMBRO DE 2021

“En la lucha de clases

Todas las armas son buenas

Piedras

Noches

Poemas”

- Paulo Leminski (1983)

Sumário

Introdução	8
Metodologia	11
<i>Amostra</i>	11
<i>Instrumentos</i>	11
<i>Procedimentos Éticos</i>	11
<i>Coleta de dados</i>	12
<i>Análise dos Dados</i>	12
Resultados	13
<i>Classificação Hierárquica Descendente (CHD) referente aos DH</i>	13
<i>Análise Fatorial de Correspondência (AFC) referente aos DH</i>	17
Discussão	19
<i>Classificação Hierárquica Descendente (CHD) dos DH</i>	19
<i>Análise Fatorial de Correspondência (AFC) referente aos DH</i>	21
Conclusões	22
Referências	24

Resumo

Neste trabalho, foram verificadas as representações dos Direitos Humanos (DH) por adolescentes dos Ensinos Fundamental e Médio, considerando variáveis psicossociológicas e sociodemográficas. O enfoque adotado foi o da Teoria das Representações Sociais (TRS), conforme a visão de Willem Doise (1998). Realizou-se uma pesquisa de campo da qual participaram 181 alunos do Ensino Fundamental e 160 do Ensino Médio, sendo 55,42% matriculados na rede privada e 44,58% na rede pública. A idade dos estudantes variou de 12 a 15 anos do Ensino Fundamental e de 16 a 18 anos de Ensino Médio. 43,99% dos participantes eram do sexo masculino. 41,65% dos estudantes declararam-se católicos, 41,93% de outras religiões e 16,42% sem religião. Os participantes responderam a uma questão sobre os Direitos Humanos: “Desde muitos anos, fala-se dos Direitos Humanos. Quais são, segundo você, esses direitos?”. Além disso, responderam a questões sociodemográficas (sexo, idade e nível de escolaridade) e psicossociais (religião e rede de ensino). Na análise utilizou-se o programa de análise semântica o Iramuteq. O dendrograma de respostas dos DH, resultante do Iramuteq, apresentou 4 classes em que foram referidos “Direitos fundamentais dos DUDH”, “Direitos básicos sociais”, “Direito como satisfação de desejos pessoais” e “Crítica a discriminação na aplicação dos DH”. Além desses resultados, ocorreram ancoragens de diferentes classes em variáveis sociodemográficas. A Análise Fatorial de Correspondência (AFC) trouxe no eixo vertical o polo positivo “DH individuais hedonistas” e no polo negativo “Direitos sociais objetivados”; no eixo horizontal o polo positivo “Igualdade” e no polo negativo “Discriminação de gênero na aplicação dos DH”. As representações dos DH e suas ancoragens foram discutidas considerando-se pesquisas anteriores que se referiram às representações dos direitos e as ancoragens.

Palavras-chave: Representações Sociais. Direitos Humanos. Adolescentes. Escolas Públicas. Escolas privadas.

Abstract

In this paper, representation of Human Rights by teenagers in middle school and high school are verified, considering psychosocial and sociodemographic variables. The emphasis chosen is the Social Representation Theory, as written by Willem Doise (1998). A field study composed of 181 middle school students and 160 high school students, 55.42% of which study in private schools and 44.58% in public ones. The age of the participants varied between 12 and 18 years old. 43.99% of the participants were male. 41.65% of the students declared themselves as catholics, 41.93% as other religions, and 16.42% as having no religion. Participants were tasked with answering a question about human rights: "Human Rights have been a discussion topic for a while. According to you, what are those rights?". Additionally, they also answered sociodemographic (gender, age and education level) and psychosocial (religion and education network) questions. The software used to analyse the corpus was Iramuteq, and a dendrogram were acquired as a result. The HR dendrogram introduced 4 classifications in which "Fundamental rights of the UDHR", "Basic social rights", "Law as satisfactions of personal desires" and "Criticismo of discriminacion in the application of HR". Beyond those results, there were anchorings between different classes in sociodemographic variables. The Factorial Correspondence Analysis (CFA) brought the positive pole "HR hedonistic individuals" on the vertical axis and the negative pole "Objective social rights"; on the horizontal axis the positive pole "Equality" and on the negative pole "Gender discriminacion in the application of human rights". Human Rights and their anchorings were discussed considering previous researches on right representation and the anchorings verified in them.

Keywords: Social Representations; Human Rights; Teenagers, Public Schools, Private School.

Introdução

As concepções dos Direitos Humanos (DH) nascidas a partir de lutas e conquistas sociais que surgiram no início da Idade Moderna, são compartilhadas em nossa sociedade, e norteiam o senso crítico e as atitudes dos indivíduos que estão diretamente relacionados com o meio social (Lafer, 1995). Elas se consolidaram com a elaboração da Organização das Nações Unidas (ONU) que surgiu no ano de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, em resposta a inúmeras violações cometidas contra a humanidade (Bobbio, 2004). Em função desse contexto, as concepções dos DH solidificaram-se, tornaram-se consensuais e contribuíram para a estruturação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que tem sido usada como meio para a universalização dos DH. No entanto, quando se fala da universalização dos DH, não significa que os DH estejam sendo respeitados, mas que eles possam vir a ser acolhidos de forma subjetiva pela humanidade e, em certa medida, valorizados e reconhecidos por todos os sujeitos.

Para conseguir o fortalecimento dos DH e efetuar sua vigência no contexto social foram necessários que outros fatores estivessem presentes. O primeiro fator constou de uma consciência coletiva dos indivíduos sobre a necessidade da institucionalização e da efetivação dos DH. O segundo constou de decisões políticas que prezassem pela institucionalização e incorporação dos direitos na sociedade. Portanto, a consciência compartilhada foi associada a vários elementos evidenciados no contexto social dos indivíduos, como os valores, as ideologias, o sistema de crenças e as pertencas sociais (Camino et al., 1998).

Atualmente, o Brasil vem passando por inúmeras violações em relação aos direitos humanos. Após o impeachment da presidenta Dilma em 2016, e juntamente com a instalação do governo Temer, ocorreram mudanças importantes no cenário brasileiro, dando entrada a uma onda da extrema direita no país. As eleições de 2018 colocaram em discussão posicionamentos de negação dos direitos humanos básicos e a busca pela satisfação dos desejos

peçoais conduziram à abertura ao (des)governo de Bolsonaro, marcada pelo uso de notícias falsas (*fake news*), do saudosismo da ditadura militar e da busca pela proteção à "família tradicional brasileira". O Brasil vive uma polarização entre a esquerda e à direita, impulsionada pelo antipetismo, sendo a primeira marcada pela luta em defesa e efetivação dos direitos fundamentais do sujeito, e a outra, marcada por um discurso neoliberal e fascista (Cavalcanti & Ferreira, 2020).

Baseados nos princípios que norteiam os Direitos Humanos, os pesquisadores Doise, Staerklé, Clémence & Savory (1998) criaram um método de análise para verificar o campo representacional e as diferentes tomadas de posição frente aos Direitos Humanos. A criação deste método permitiu aos pesquisadores redirecionarem o estudo da socialização para uma forma mais abrangente da compreensão a respeito dos direitos. Com essa metodologia eles realizaram uma pesquisa com 849 estudantes suíços com grupos pertencentes a cinco níveis de escolaridade diferentes que continham idades variando de 13 a 20 anos. Nesta investigação, os pesquisadores verificaram que as respostas às perguntas abertas sobre os Direitos Humanos e sobre os Direitos das Crianças (DC) mostravam que o nível educacional estava positivamente relacionado ao número de respostas que podiam ser associadas aos artigos da DUDH. Este estudo trouxe contribuições importantes para compreender como os indivíduos representam os DH e os DC: mostrou a existência de quatro categorias principais referentes as respostas sobre o que são os DH. A categoria que obteve maior frequência de respostas foi chamada de DH públicos; a segunda foi denominada como libertária, pois enfatizava direitos à liberdade; a terceira foi chamada de direitos concretos, porque dava exemplos dos direitos; por fim, a quarta foi constituída por direitos voltados para à igualdade. Em relação aos direitos das crianças, a maior parte dos estudantes compreendeu os direitos a partir dos direitos particulares da criança, como o brincar, a escola e a diversão, sendo feita uma diferenciação entre os DH e os DC de forma geral.

Willian Doise, ao trabalhar com os DH, fez uma articulação com a Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici (2007). Na perspectiva da TRS, as representações sociais são um sistema de ideias, práticas e valores que são capazes de trazer familiaridade ao que é desconhecido e serve para estabelecer uma ordem e proporcionar um sentido e controle dos indivíduos sobre o seu mundo material; assim como uma comunicação entre os membros de uma sociedade sobre a sua realidade. “[...] as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como principal meio de estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros” (Moscovici, 2007, pg. 8).

Com o uso do método criado por Doise (1998), vários estudos foram realizados no Brasil para investigar diferentes aspectos referentes aos Direitos Humanos. Com o objetivo de fazer pesquisa em relação à conceituação e ao conhecimento dos DH e dos DC, do ponto de vista do desenvolvimento e de diferentes grupos sociais, foram realizados diferentes estudos (Camino & Da Penha, 2017; Camino, C., Camino, L., Pereira & Paz, 2004; Camino, Galvão, Quirino, Moraes, Roazzi & Martin, 2007; Camino, Mendes, Queiroz, Da Penha & Galvão, 2019; Pereira & Camino, 2003; Queiroz, 2014; Queiroz, 2015; Queiroz, Camino, Galvão, Santos, Pequeno & Mathias, 2013; Queiroz, Camino, Garcia & Zacares, 2015). Cabe destacar o estudo de Camino et. al (2019) que analisa as pesquisas realizadas em 1998 e em 2018, essas pesquisas permitiram concluir que ocorreram uma série de mudanças para a maior valorização dos DH e que a intenção da universalização da DUDH tem avançado ao decorrer do tempo; os movimentos sociais exerceram uma grande influência nesta representação dos DH, devido sua atuação nas mídias sociais e nas manifestações lideradas por militantes em espaços públicos.

Com base no enfoque teórico de Willem Doise e seus colaboradores (1998), no presente estudo busca-se investigar a influência de variáveis psicossociológicas e sociodemográficas nas representações dos DH pelos adolescentes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Metodologia

Amostra

A amostra do presente estudo foi composta por 341 estudantes da cidade João Pessoa-PB, sendo 181 de Ensino Fundamental e 160 do Ensino Médio. Dentre esses alunos do Ensino Fundamental 56,91% eram da rede particular e 43,09% eram da rede pública. Quanto aos alunos de Ensino Médio, 55,62% eram da rede particular e 44,38% eram da rede pública. A idade dos estudantes de ensino fundamental variou de 12 a 15 anos e a dos estudantes do Ensino Médio variou de 16 a 18 anos. 43,99% dos participantes se identificaram como sendo do sexo masculino e 56,01% do sexo feminino. Em relação a ideologia religiosa dos estudantes, eles se dividiram entre: católicos (41,05%), evangélicos (18,76%), espíritas (3,51%), outras religiões (18,76%) e sem religião (16,42%).

Instrumentos

Foi utilizado um questionário sociodemográfico que contém perguntas sobre a idade, o sexo de identificação, a escola, o nível de escolaridade e a religião do estudante. Além disso, foi utilizado um questionário sobre os Direitos Humanos elaborado por Doise (1998) e adaptado por Camino (1998). Neste questionário pedia-se ao estudante para verbalizar os direitos referentes a seguinte pergunta.

1. Desde muitos anos, fala-se a respeito dos Direitos Humanos. Quais são, segundo você, estes direitos?

Procedimentos Éticos

O presente projeto de pesquisa foi submetido para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Para isso, foram observadas todas as recomendações éticas previstas na resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os participantes foram esclarecidos verbalmente sobre os objetivos e os procedimentos a serem utilizados na pesquisa e, então, conforme concordassem em participar,

os estudantes com menos de 16 anos solicitaram aos seus responsáveis que assinassem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando-os a participar da pesquisa. Os estudantes que tinham 16 anos ou mais assinaram seu próprio Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, aqueles com idade inferior a 16 anos e que obtiveram consentimento de seu responsável foram ainda solicitados a assinar um Termo de Assentimento. Ademais, solicitou-se a permissão dos participantes para a divulgação dos dados da pesquisa em artigos e em eventos de natureza científica.

Coleta de dados

Os dados foram coletados em escolas da rede pública e rede privada de ensino da cidade de João Pessoa – PB de forma presencial no ano de 2019. Após direções das escolas foram contatadas, o projeto de pesquisa foi apresentado. Com o consentimento da direção, os TCLE foram entregues para serem assinados por aqueles adolescentes de 16 anos ou mais e para os pais dos adolescentes menores de 16 anos. Também foi entregue um termo de assentimento para os adolescentes que tiveram o consentimento dos pais. A administração dos questionários se deu em um ambiente coletivo em que cada participante respondeu individualmente aos questionários e os monitores estiveram presentes. Os monitores supervisionaram a administração do instrumento junto com o pesquisador.

Análise dos Dados

Todas as análises dos dados foram feitas através do Software de análise semântica Iramuteq. Depois de efetuadas a transcrição, a organização e limpeza do banco de dados, foram efetuadas as análises de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) das classes de palavras e identificação dos campos semânticos em forma de dendrograma e das variáveis que contribuíram para sua construção, além disso, também foi efetuada a Análise Fatorial de Correspondência (AFC). As respostas dispostas no dendrograma foram organizadas a partir do nível de significância adotado ($p \leq 0,05$).

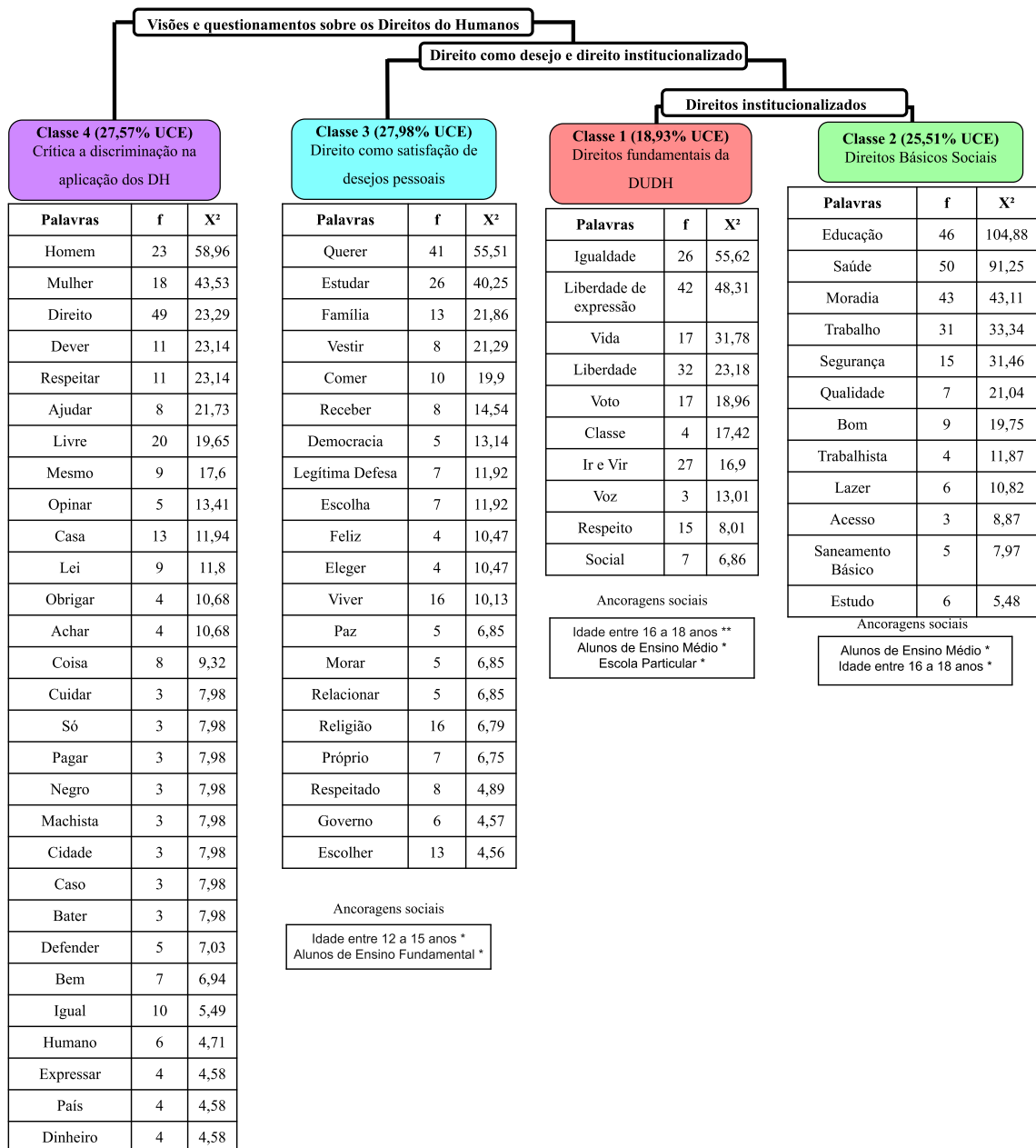
Resultados

Classificação Hierárquica Descendente (CHD) referente aos DH

Na análise lexical do corpus intitulado Representações dos Direitos Humanos, o software reconheceu separação deste em 341 unidades de contextos iniciais (UCIs), totalizando 3811 palavras, das quais 725 foram de palavras distintas. Ao processar a CHD, o Iramuteq reconheceu a separação do referido corpus em 345 segmentos de textos, com aproveitamento de 70,43% deste, revelando um total de 4 classes. A seguir será apresentado (Figura 1) o dendrograma das Representações dos Direitos Humanos.

Figura 1.

Classificação Hierárquica Descendente das respostas às perguntas: “Desde muitos anos, fala-se dos Direitos Humanos. Quais são, segundo você, esses direitos?”



Nota: * $p \leq 0,05$. UCE: Unidades de Contexto Elementar.

A classe 1, denominada de “Direitos Fundamentais da DUDH”, constou de 18,93% das UCEs. Essa classe apresentou como principal vocábulo a *igualdade*, que obteve o X² significativo de valor mais elevado. A *igualdade* que consta nessa classe, conforme lista contextualizada de vocábulos, evocados pelos participantes, indicou que todos deveriam gozar dos mesmos direitos, independentemente da cor, da raça e da classe social. A *igualdade* veio associada em geral, aos direitos de votar, a *liberdade de expressão*, a *vida*, a *classe social* e ao direito *ir e vir*. Quanto a *liberdade*, que consta dessa classe, em geral, significou ter o livre

arbítrio, ser quem se é e viver a vida. Os direitos dessa classe apresentaram-se frequentemente juntos nas UCEs e alguns se repetem mais que os outros. Os direitos referentes à *igualdade*, *liberdade* e *vida* foram considerados como princípios fundamentais que orientam a DUDH. A ancoragem dos direitos dessa classe ocorreu em relação as variáveis idade (16 a 18 anos), nível de escolaridade (Ensino Médio) e classe socioeducativa (Escola Particular). A classe 1 partilha com a classe 2 do mesmo eixo, que foi denominado eixo dos “Direitos Institucionalizados”.

A classe 2, intitulada de “Direitos básicos sociais”, constou de 25,51% das UCEs e foi formada por vocábulos cujos X² significativos foram apresentados em ordem decrescente. Esses direitos referiram-se aos direitos básicos mencionados em diferentes artigos da DUDH (1948) (arts. 23.º, 24.º, 25.º, 26.º e 29.º) que tratam da educação, saúde, moradia, trabalho e segurança. Note-se que a *educação*, constante da classe 2, na lista de vocábulos, associada a *saúde*, foi mencionada, em geral, como saúde pública. Por sua vez, *a saúde* foi associada a *moradia*, a um *trabalho digno*, a *aposentadoria* e a *segurança*. Por último, foram mencionados na classe 2 os vocábulos *qualidade* e *bom*. Esses vocábulos expressavam, conforme a lista de vocábulos contextualizados, que tanto a saúde como a educação deveriam ser de boa qualidade. As representações dessa classe ancoraram nas variáveis idade (16 a 18 anos) e nível de escolaridade (Ensino Médio).

A classe 3 foi nomeada “Direito como satisfação de desejos pessoais”. Ela constou de 27,98% das UCEs e seus vocábulos foram apresentados em ordem decrescente dos valores dos X². Em primeiro lugar, destaca-se o vocábulo querer. Querer apareceu como “quiser”, na lista dos vocábulos contextualizados, sobretudo, na primeira pessoa do singular do futuro do subjuntivo. O “*quiser*” referiu-se a ser ou fazer ou alcançar o que se deseja, ou seja, a satisfação dos próprios desejos, sem levar em consideração os desejos ou os direitos do outro: *ser o que quiser*, *fazer o que quiser*, *vestir o que quiser*, *comprar o que quiser*, *ir aonde quiser*, *ter relação com quem quiser e fazer sexo com quem quiser*. Em seguida, foi evocado o vocábulo

estudar, que se associou, conforme a lista contextualizada de vocábulos *a ter uma vida feliz, ter sua própria casa e a trabalhar*. O vocábulo *família* surgiu em terceiro lugar como uma meta a ser alcançada. Em seguida apareceu *vestir* que, algumas vezes significou *satisfazer* uma necessidade de “*ter o que vestir*” e outras, a satisfação de um desejo “*vestir o que quiser*”. Logo após *comer*, que apareceu sobretudo como a satisfação de uma necessidade: “*ter o que comer*”, predominou dentre os vocábulos desta classe a satisfação de desejos. Essa classe ancorou nas variáveis idade (12 a 15 anos) e nível de escolaridade (Ensino Fundamental). Nota-se que a classe 3 liga-se ao eixo dos “Direitos institucionalizados” a partir do eixo denominado “Direito como desejo e direito institucionalizado”.

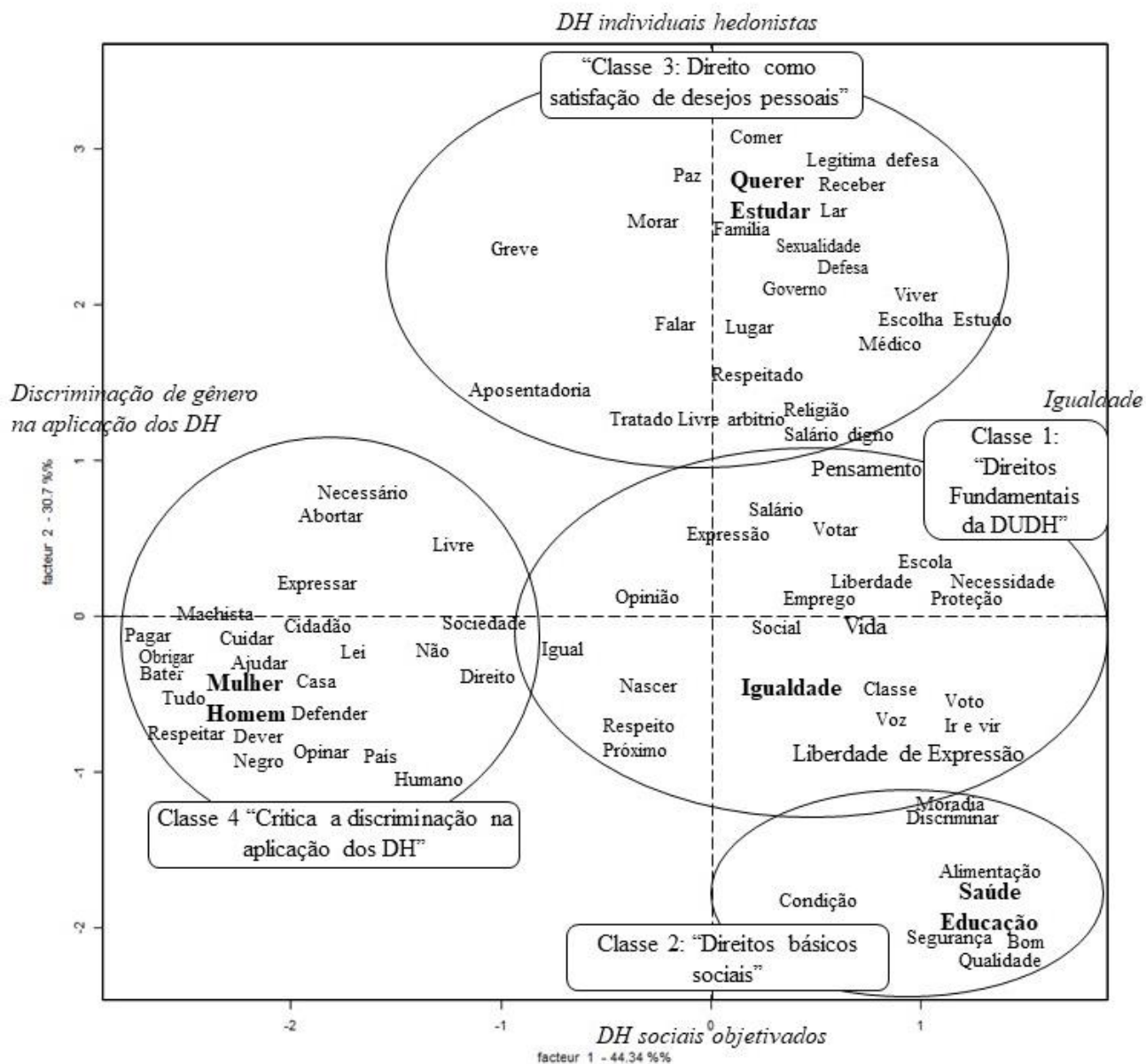
A classe 4 liga-se às demais classes pelo terceiro eixo denominado “Visões e questionamentos sobre os Direitos Humanos”. A classe 4 foi denominada Crítica a discriminação na aplicação dos DH. Essa classe apresentou 27,57% das UCEs. Foram constatados como vocábulos dessa classe, em ordem decrescente dos seus X^2 s, em primeiro e segundo lugares, respectivamente, os vocábulos *homem* e *mulher*. Esses vocábulos, na lista de contextualização, apareceram associados aos demais vocábulos dessa classe, sugerindo que os Direitos do Humanos para os participantes da pesquisa eram vistos ora como direitos do homem e da mulher, ora só como direitos do homem, ora indicando que os direitos do homem eram diferentes dos da mulher; porém a representação dominante foi a de que, o homem gozava de mais direitos do que a mulher, que a mulher deveria ter mais direitos do que os que têm ou que deveria ter os mesmo direitos que o homem, que deveria ser respeitada e que o homem deveria ajudar a mulher em casa. Também nessa classe apareceu o vocábulo *livre*, que, na lista de contextualização, teve o sentido de liberdade. Deve-se notar que nenhuma das variáveis previstas para ancoragem surgiram associadas a esta classe, portanto as representações dessa classe devem ser apresentadas como consensuais em relação às variáveis

sociodemográficas consideradas. Em relação as variáveis sexo e religião, não apareceram resultados significativos para a formação das classes apresentadas.

Análise Fatorial de Correspondência (AFC) referente aos DH

Figura 2.

Análise Fatorial de Correspondência das respostas à pergunta: “Desde muitos anos, fala-se dos Direitos Humanos. Quais são, segundo você, esses direitos?”



Nota: * $p \leq 0,05$. UCE: Unidades de Contexto Elementar.

Ao analisar o plano fatorial das representações sociais dos DH (Figura 2), verifica-se que, no eixo vertical, no polo positivo encontram-se os posicionamentos dos DH organizados em função da polaridade DH individuais hedonistas (classe 3), direitos relacionados ao querer, versus DH sociais objetivados (classes 2) no polo negativo. Observa-se nessa polaridade que, enquanto os estudantes mais jovens (12 a 15 anos) do ensino fundamental, veem os direitos como a liberdade de se fazer o que se quer, os mais velhos (16 a 18 anos) veem os direitos humanos como institucionalizados (classe 2), como saúde, educação, segurança, etc. Deve-se

notar também que a percepção dos direitos como institucionalizados vem acompanhada da visão de que o governo deveria assegurar os direitos básicos.

Já no eixo horizontal, no seu polo negativo (classe 4), os vocábulos agrupados referem-se a uma crítica à discriminação de gênero existente na efetivação dos DH, enquanto no polo positivo encontram-se direitos a ter liberdade de expressão, ter voz, ter salários iguais, ter respeito, etc. (classe1).

Discussão

Classificação Hierárquica Descendente (CHD) dos DH

Os vocábulos referentes a evocação dos Direitos Humanos mencionados nas classes 1 e 2 do dendrograma da figura 1, ancoram na idade de 16 a 18 anos e na escolaridade Ensino Médio, sendo que os da classe 1 ancoram também no contexto de escolas da rede particular. Esses resultados corroboram aqueles encontrados em pesquisas anteriores. (Camino, Galvão, Quirino, Moraes, Roazzi & Martin, 2007; Camino, C., Camino, L., Pereira & Paz, 2004; Camino & Da Penha, 2017; Doise, 1998; Doise, 2002; Camino, Mendes, Queiroz, Penha & Galvão, 2019). Além disso, sugerem que os alunos do Ensino Médio têm concepções mais relacionadas a institucionalização dos Direitos Humanos e a consciência de que o governo tem o dever de assegurar os direitos sociais a população como moradia, educação de qualidade, segurança e trabalho, do que os alunos de Ensino Fundamental, corroborando os resultados obtidos na pesquisa de Doise (1998) realizados com estudantes de Genebra.

Diferentemente dos direitos da classe 1 e 2, os direitos da classe 3 ancoraram na idade de 12 a 15 anos de alunos do Ensino Fundamental. Mas, por que os adolescentes mais jovens entenderam que os DH eram deliberações pessoais, enquanto os mais velhos entenderam que eram deliberações coletivas de caráter universal? Acredita-se que o entendimento dos mais velhos foi fruto de um amadurecimento sociocognitivo que ocorreu com o avanço da idade

juntamente com aumento do nível de escolaridade. Deve-se notar também que ao contrário do que corria sobretudo na família e na escola, à medida que o adolescente vai ficando mais velho ele vai participando de um maior número de instituições e que essas diferentes instituições contribuem para sua socialização. Assim, julga-se que a participação dos adolescentes em instituições diversificadas (acadêmicas, esportivas, religiosas, etc.) aumenta a possibilidade de maior conhecimento dos direitos e de exigências referentes a sua execução.

Esses resultados são confirmados também por aqueles obtidos por Doise (1998), segundo os quais, com o aumento da idade, emerge de forma mais abstrata a forma de pensar os direitos. Além disso, os resultados obtidos neste trabalho confirmam os resultados obtidos por Melton (1980) que mostram que o desenvolvimento do raciocínio sobre os direitos da criança não depende apenas da progressão da idade, mas também do contexto socioeconômico.

Apesar de se ter verificado que havia uma associação entre o avanço da idade e da escolaridade e o aumento do conhecimento dos direitos e da exigência do cumprimento dos DH pelos governantes, deve-se notar que os direitos da classe 3, que denotam uma visão egocêntrica dos DH (direito é a satisfação de direitos pessoais) foram dados tanto pelos participantes mais novos quanto pelos mais velhos. Além disso, observa-se que essa incoerência em relação a forma como os direitos podem ser vistos pelos participantes tem sido constatada, na prática, na atual pandemia do Coronavírus (COVID-19), no Brasil, em que tanto pessoas de baixa escolaridade, baixa renda e mais jovens como pessoas de alta escolaridade, de classe alta e mais velhos tiveram dificuldade de aceitar usarem máscara e aceitarem o isolamento social. Elas julgavam e ainda julgam que estava havendo uma exigência descabida dos governantes e da mídia que alegavam e ainda alegam que ninguém pode tirar o direito de ir e vir das pessoas, as pessoas tinham o livre arbítrio. Portanto, essas pessoas não se davam e não se dão conta que as exigências eram e são necessárias para assegurar a sobrevivência de

todos e, portanto, não compreendiam e não compreendem que os direitos de uns não podem prejudicar os direitos de outros. (Moreira, & Guerra 2021).

A classe 4 mostra sobretudo a preocupação dos participantes com a questão da desigualdade de direitos entre o homem e a mulher. Essa desigualdade preocupa vários participantes independentemente da idade, do nível de escolaridade e da classe socioeducativa. Ao mostrar essa preocupação a classe 4 mostra também que os participantes desenvolveram o espírito crítico em relação efetivação dos direitos humanos, ao reconhecerem a existência de discriminações intergrupais no Brasil. Acredita-se que esse conhecimento se deve, em grande parte, ao aumento de movimentos sociais não governamentais que procuram conscientizar a sociedade sobre as injustiças cometidas em relação aos grupos minoritários. Dentre esses movimentos ressalta-se o movimento de luta pelos direitos das mulheres. Nota-se, entretanto, que apesar do tema principal dessa classe ser a desigualdade entre homem e mulher, os participantes apontam para a desigualdade no gozo de outros direitos, seja por parte de adultos seja por parte de crianças.

Análise Fatorial de Correspondência (AFC) referente aos DH

Na Análise Fatorial de Correspondência referente aos direitos humanos verifica-se que, no eixo vertical, encontram-se, no polo positivo, direitos referentes a uma visão individual e subjetiva dos direitos “Direito como satisfação de desejos pessoais”, classe 3, a qual ancora nas variáveis idade de 12 a 15 anos e no nível de escolaridade do Ensino Fundamental; neste polo são verbalizados direitos a liberdade de ser e fazer o que se quer, como por exemplo: estudar, comer e a família; que caracterizam o raciocínio egocêntrico e que estão presentes em estudantes mais jovens (Doise, 1998); enquanto no polo negativo encontram-se DH referentes a uma visão objetiva e social (classe 2) que têm como principal ancoragem a idade (16 a 18 anos) e o nível de escolaridade (ensino médio). Coloca-se em evidência que o posicionamento de estudantes mais velhos, que têm maior contato com outros tipos de instituições, que

manifestam a importância e o dever que o Estado tem para com a comunidade em relação aos direitos básicos sociais.

Ao analisar o eixo horizontal, no seu polo positivo, encontram-se os direitos a igualdade e a liberdade referentes à classe 1, a qual ancora nas variáveis idade de 16 a 18, no nível de escolaridade do Ensino Médio e da rede particular. Esses direitos correspondem aos princípios organizadores da DUDH e se opõe a discriminação de gênero que se encontra no polo negativo. Ao analisar o polo negativo “discriminação de gênero na aplicação dos DH”, verifica-se que ele é composto pelos vocábulos da classe 4. Esses vocábulos são emitidos independentemente do gênero dos participantes e do nível de escolaridade. Deve-se observar, a respeito dessa polaridade que no contexto brasileiro, a violência contra a mulher é um problema persistente, ele se encontra em quinto lugar na posição de homicídios a mulheres segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020). Além disso, devido à crise mundial de saúde, causada pela COVID-19, a população teve que ficar reclusa em seus domicílios e com isso diminuiu os casos de violência contra a mulher nas ruas, mas em contrapartida o Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicou que as agressões aumentaram dentro de casa, ou seja, uma a cada quatro mulheres acima de 16 anos sofreu violência doméstica ao longo de 12 meses, levando em conta que a violência pode ter sido física, psicológica ou sexual (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2021). Deve-se também levar em conta a onda de retrocessos no Brasil, que tem aberto espaço para as atrocidades a todos os grupos os grupos vulneráveis, como mulheres, crianças, comunidade LGBTQ+ e a população preta. Neste sentido, deve-se enfatizar que tem sido realizadas lutas que são necessárias e que devem continuar se se deseja mais justa e solidária.

Conclusões

Como conclusão, considera-se que os resultados sobre as representações dos DH demonstram a necessidade de maior trabalho de conscientização dos adolescentes por parte dos

agentes de socialização, por meio de discussões e de outras técnicas que possam sensibilizá-los para a necessidade de respeitarem os direitos. Para a promoção dos direitos, é fundamental a discussão de conceitos como a igualdade e a liberdade, e da sua aplicação. É necessário também que os direitos de diferentes gerações sejam discutidos, neste sentido faz-se notar aqui que os direitos de terceira e quarta geração como relativos aos diferentes grupos minoritários, ao meio ambiente, a paz e a solidariedade que perpassam a efetivação de todos direitos. Ademais, para além da conceituação, deve-se lutar para que o adolescente desenvolva sua sensibilidade e sua motivação para o aumento de comportamentos referentes à obrigação de comportar-se de forma a respeitar os Direitos Humanos. Dessa forma, julga-se que seria interessante que mais trabalhos de extensão na área acadêmica se voltassem para o desenvolvimento da consciência dos direitos e para o dever de praticá-los.

Como indicações para pesquisas futuras, deve-se considerar outros níveis de escolaridade, mais variáveis psicossociais como ideologia, participação política, participação em movimentos sociais e participação em diferentes instituições e realizar a pesquisas com outras amostras.

Referências

- Assembleia Geral da ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Nações Unidas
- Bobbio, N. (2004) *Era dos direitos*. Elsevier Brasil.
- Camino, C., Camino, L., Pereira, C. & Paz, M. (2004). Moral, Direitos Humanos e participação social. *Estudos de Psicologia*, v. 9, n. 1, p. 25-34.
- Camino, C., Galvão, L., Quirino, G., Moraes, R., Roazzi, A. & Martin, W. (2007) Direitos humanos, atitude institucional e simpatia ideológica em universitários brasileiros. *Estudos de Psicologia*.
- Camino, C.; Mendes, M.; Queiroz, P.; Penha, B.; Galvão, L. (2019) Representações Sociais de Direitos Humanos de Adolescentes brasileiros no contexto sociopolítico de 1998 e 2018. *SCHÈME: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, v.11, p. 25-50.
- Camino, C; Penha, B. (2017) Representações de universitários sobre Direitos Humanos (DH) e Direitos da Criança e posicionamento frente ao cumprimento dos DH. *Relatório de pesquisa não publicado (PIBIC)*.
- Camino, L. et al. (1998) Direitos humanos e psicologia. Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (Ed.), *Psicologia, ética e direitos humanos*, p. 39-63, 1998.
- Cavalcanti, M. C. G. M., & Ferreira, R. (2020). A construção discursiva dos direitos humanos e suas tensões: o caso da extrema direita no Brasil. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 59, 1239-1258.
- DOISE, W. (2002) *Direitos do homem e força das ideias*. Traduzido por Maria Rosado e organizado por Cristina Freixo.
- Doise, W., Staerklé, C., Clémence, A. & Savory, F. (1998) Human rights and Genevan youth: A developmental study of social representations. *Swiss Journal of Psychology*, v. 57, n. 2, p. 86-100.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (2021). *Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil*. São Paulo: FBSP.

Lafer, C. (1995) *A ONU e os direitos humanos. Estudos avançados*, v. 9, n. 25, p. 169-185.

Melton GB (1980). Conceitos das crianças sobre seus direitos. *Diário de Psicologia Clínica Infantil*, 9, 186-190.

Moreira, P., & Guerra, V. (2021). Bem-estar subjetivo e ideologia política: efeitos e enfrentamento da pandemia COVID-19. In À. Faro, E. Santos & J. Silva, *Psicologia e COVID-19: Saúde, Desenvolvimento e Educação*. Belo Horizonte: Editora Dialética

Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 6. ed. Petropolis, RJ: Vozes.

Organização Mundial de saúde (OMS) (2020). Relatora da ONU recebe informações sobre violência contra mulheres durante crise de COVID-19. Atualizado em 23 de abril de 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatora-da-onu-recebe-informacoes-sobre-violencia-contra-mulheres-durante-crise-de-covid-19/>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

Pereira, C. & Camino, L. (2003). Representações sociais, envolvimento nos Direitos Humanos e ideologia política em estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia: reflexão e crítica*, 16, 447-460.

Queiroz, P. (2014) Estilos parentais e valores: a socialização em Direitos Humanos ao longo de ciclo vital. *Tese não-publicada (Doutorado em Psicologia)*.

Queiroz, P. (2015) O papel da socialização materna na construção das representações sociais dos Direitos Humanos. *Tese não-publicada (Doutorado em Psicologia)*.

Queiroz, P. V. M., Camino, C., Garcia, O. F., & González, J. J. Z. (2015). Spanish parental socialization between different generations: Values and human rights. In *Parenting: Cultural Influences and Impact on Childhood Health and Well-Being* (pp. 93-107). Nova Science Publishers.

Queiroz, P., Camino, C., Galvão, L., Santos, J., Pequeno, N. & Mathias, A. (2013) Representações sociais de mães sobre os direitos humanos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 65, n. 3, p. 357-375.

Queiroz, P., Camino, C., García, O. & Zacarés, J. J. (2015). Spanish parental socialization between different generations: Values and human rights. In F. Garcia, Parenting: Cultural influences and impact on childhood health and well-being. New York: Nova Editions.